

RECURSO ESPECIAL Nº 1.750.223 - SP (2018/0089572-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MARIA BERNADETE DOS SANTOS
ADVOGADOS : FÁTIMA APARECIDA DA SILVA CARREIRA - SP151974
RUDNEI FERREIRA RIBEIRO DOS SANTOS - SP345885
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Maria Bernadete dos Santos, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 179):

PREVIDENCIÁRIO. LABOR RURAL PARCIALMENTE RECONHECIDO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NEGADA. APELAÇÃO DO INSS E REMESSA OFICIAL PARCIALMENTE PROVIDAS.

- Discute-se o atendimento das exigências à concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, após reconhecimento dos lapsos rurais vindicados.
- Não se soma a aceitabilidade dos documentos com a coerência e especificidade dos testemunhos. Na verdade, se os documentos apresentados nos autos não se prestam como início de prova material, a prova testemunhal tornar-se-ia isolada.
- Mesmo para a comprovação da atividade rural, em relação a qual, por natureza, predomina o informalismo, cuja consequência é a escassez da prova material, a jurisprudência pacificou entendimento de não ser bastante para demonstrá-la apenas a prova testemunhal, consoante Súmula n. 149 do C. STJ - Joeirado o conjunto probatório, labor rural parcialmente reconhecido.
- A autora não faz jus à aposentadoria por tempo de serviço/contribuição.
- Apelação do INSS e remessa oficial parcialmente providas.

Os embargos de declaração (e-STJ, fls. 183/192) tiveram provimento negado, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 196/202.

A recorrente alega, nas razões do especial, que foram violados os arts. 55, § 2º e 3º, e 108 da Lei n. 8.213/1991 e 1.022 do CPC/2015.

Salienta, em síntese, que os documentos apresentados foram suficientes para comprovar o início de prova material e que as testemunhas foram claras e firmes em seus depoimentos.

Sem contrarrazões.

Inadmitido o recurso originariamente, foi interposto agravo em apelo nobre, ao qual foi reautuado como recurso especial em virtude da decisão de e-STJ, fls. 263/264.

É o relatório.

O recurso não merece êxito.

Superior Tribunal de Justiça

Registro, de início, que não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão impugnado fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 INEXISTENTE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONCEDIDO ANTES E APÓS A CF/1988. MATÉRIA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA RESERVADA AO STF.

1. Inexiste a alegada negativa de prestação jurisdicional, visto que a Corte de origem apreciou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

2. O Tribunal *a quo* resolveu a questão da revisão do benefício previdenciário com fundamentação eminentemente constitucional, razão pela qual não é possível sua revisão na via eleita.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.740.348/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/6/2018, DJe 22/11/2018)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º E 1.022, II, DO CPC/15. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE SER EXAMINADA EM RECURSO ESPECIAL.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II do CPC/15, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. A Corte de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, circunstância que torna imprópria a análise da insurgência pelo STJ em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.630.265/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 6/12/2016)

Por outro lado, verifica-se que o Tribunal de origem debateu a matéria sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 176):

Superior Tribunal de Justiça

No caso, a parte autora requer o reconhecimento de atividade rural de 11/3/1967 a 31/7/1977 e 1/1/1981 a 30/6/1986, com base na extensão da qualificação de lavrador de seu marido.

Juntou, como início de prova material, certidão de casamento (1969- seu marido está qualificado como lavrador) e certidões de nascimento dos filhos (1970 - marido como lavrador e autora como do lar; 1971 - marido como lavrador e autora como do lar; 1975 - marido lavrador e autora como "do lar"; 1976 - a autora e seu esposo estão qualificados como lavradores; 1982 - marido qualificado como lavrador e autora como doméstica).

Por sua vez, a prova testemunhal corrobora a faina campesina no período de 1969/1977.

No entanto, em relação ao interregno 1º/1/1981 a 30/6/1986, a certidão de nascimento do filho do casal (1982) é taxativa ao qualificar a parte autora como "doméstica".

Nesse ponto, a prova testemunhal produzida, vaga e imprecisa, não se mostra apta à comprovação do alegado trabalho rural.

Vale dizer: não se soma a aceitabilidade dos documentos com a coerência e especificidade dos testemunhos. Na verdade, se os documentos apresentados, nos autos não se prestam como início de prova material, a prova testemunhal tornar-se-ia isolada.

Sublinhe-se que, mesmo para a comprovação da atividade rural, em relação a qual, por natureza, predomina o informalismo, cuja consequência é a escassez da prova material, a jurisprudência pacificou entendimento de não ser bastante para demonstrá-la apenas a prova testemunhal, consoante Súmula n. 149 do C. STJ (*in verbis*):

"A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rural, para efeito de obtenção de benefício previdenciário."

Ademais, vale destacar que ambos os vínculos anotados na CTPS da autora são relativos à atividade de "doméstica".

Assim, entendo que não restou demonstrado o labor rural no intervalo de 1/1/1981 a 30/6/1986.

Joeirado o conjunto probatório, entendo demonstrado o trabalho rural no intervalo de 10/6/1969 a 31/7/1977, independentemente do recolhimento de contribuições, exceto para fins de carência e contagem recíproca (artigo 55, § 2º, e artigo 96, inciso IV, ambos da Lei n. 8.213/91).

Além disso, o acórdão recorrido entendeu que não houve prova material de atividade rural para o período de 1º/1/1981 a 30/6/1986 e as testemunhas foram vagas e imprecisas em seus depoimentos.

Nota-se que essa última assertiva não foi devidamente impugnada pela recorrente, nas razões do especial, o que é um fundamento que, por si só, tem força para manter incólume o acórdão combatido.

A não impugnação específica de fundamento suficiente para manter o acórdão combatido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RESTITUIÇÃO DE VALORES. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Cinge-se a controvérsia à devolução de valores recebidos a maior no pagamento de pensão por morte.
 2. A Corte regional consignou não ser devida a devolução, baseando-se nas peculiaridades da demanda.
 3. No caso concreto, verifica-se que a parte se furtou ao dever de impugnar a compreensão do Tribunal *a quo*. Sendo assim, como o fundamento não foi atacado pela parte recorrente, sendo apto, por si só, para manter o *decisum* combatido, permite-se aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.
 4. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos, cujo reexame é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o impedimento da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."
 5. Recurso Especial não conhecido.
- (REsp 1.658.339/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 11/5/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CRÉDITOS RURAIS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS CEDIDOS À UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.196-3/2001. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. SÚMULA N. 83/STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. FALTA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. ART. 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO CABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

[...]

VI - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos utilizados pela Corte de origem.

Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.

[...]

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.629.094/RS, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

